



PERSPECTIVAS PARA A SAÚDE

FIESP, 04 de maio de 2015



Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



Complexo Industrial da Saúde



Ministério da
Saúde



Competências

- Formulação de políticas, **fomento, desenvolvimento e inovação** para os insumos industriais na área de saúde
- Desenvolvimento de programas, projetos e ações que visem **induzir o desenvolvimento, a difusão e a incorporação de novas tecnologias** no SUS
- Desenvolvimento de ações voltadas à **produção de insumos para a saúde de interesse nacional**
- Definir estratégias de atuação do Ministério da Saúde no campo da **biossegurança, da biotecnologia, do patrimônio genético e da propriedade intelectual**

Competências

- Promover, a realização de **projetos estratégicos** para **desenvolvimento tecnológico, transferências de tecnologia, produção e inovação** em saúde
- Participar de ações de **regulação de mercado**, no âmbito das atribuições da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
- **Analisar dados econômicos e financeiros** relativos ao Complexo Industrial da Saúde

Programas e ações

Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS)

Lançado em 2012, integra a estratégia nacional de promoção do desenvolvimento e inovação no campo da saúde com investimento nos produtores e na infraestrutura pública

Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)

Cooperação mediante acordo entre instituições públicas e privadas para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do País em produtos estratégicos do SUS

Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS)

Coordenado pelo Ministério da Saúde, foi instituído em 2008 para promover medidas e ações concretas visando à criação e implementação do marco regulatório brasileiro

Programas e ações

Plano de Expansão da Radioterapia no SUS

Instituído por meio da **Portaria nº 931 de 10 de maio de 2012** com o objetivo de articular projetos de ampliação e qualificação de hospitais habilitados em oncologia, conforme as demandas regionais e tecnológicas do SUS

Plano Brasil Maior (2011 – 2014)

Política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal criada com o desafio de sustentar o crescimento econômico; sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, com a melhor inserção na economia mundial

Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

A Estratégia Nacional para Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) destaca a importância da ciência, a tecnologia e a inovação (C,T&I) como eixo estruturante do desenvolvimento do País e estabelece diretrizes que irão orientar as ações nacionais e regionais no horizonte temporal de 2012 a 2015

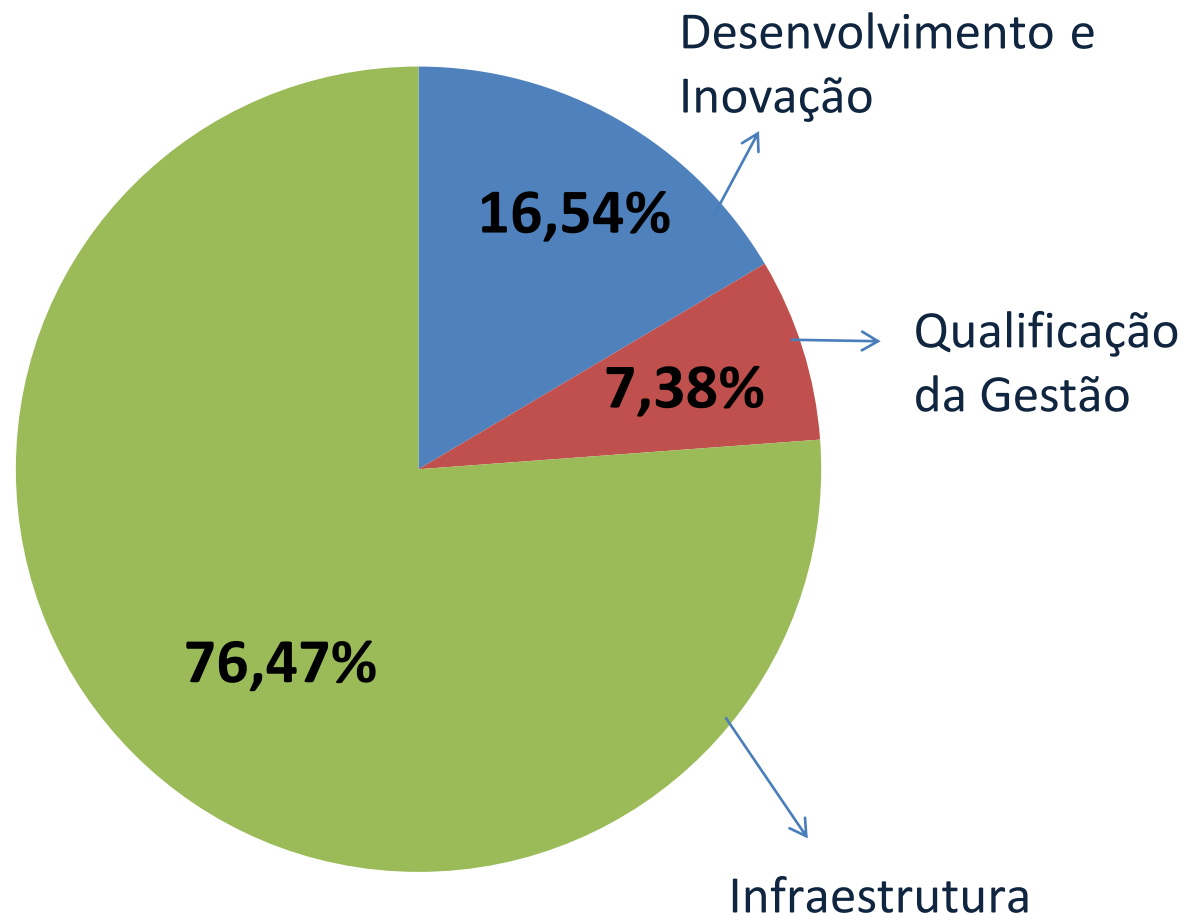
Fortalecer a indústria brasileira, dando maior autonomia em tecnologias estratégicas do SUS

2011 – 2014

Investimento de R\$ 689,8 milhões, sendo que 88% do valor já foi executado

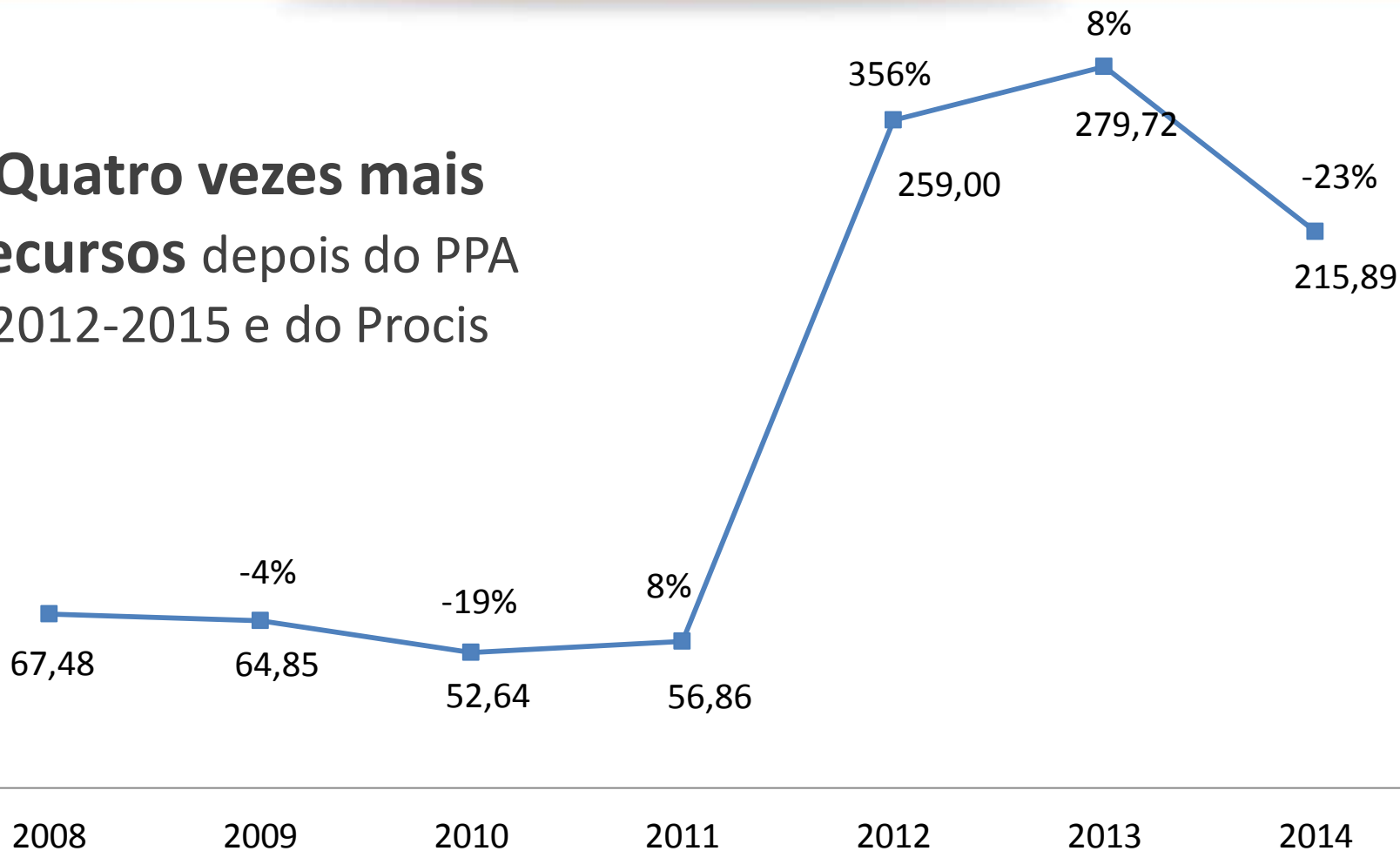
Institutos de C&T	R\$ 173,57 milhões
Produtores	R\$ 486,73 milhões
Gestão estratégia	R\$ 29,45 milhões





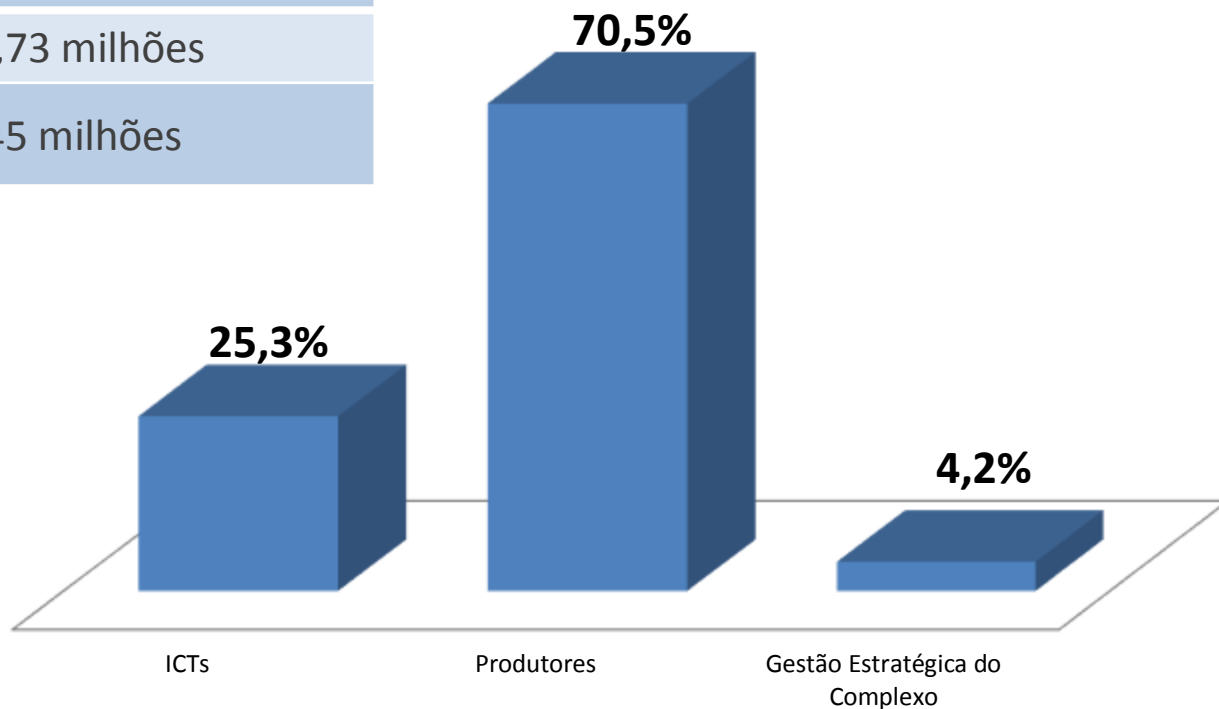
- 18 produtores públicos
- 20 Institutos de Ciência e Tecnologia

Quatro vezes mais recursos depois do PPA 2012-2015 e do Procis



Por tipo de instituição

Institutos de C&T	R\$ 173,57 milhões
Produtores	R\$ 486,73 milhões
Gestão estratégica	R\$ 29,45 milhões



Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)

- **98 parcerias:** 89 voltada a produtos de saúde e 09 para P&D
- Desenvolvimento de **93 produtos** - 60 medicamentos, 6 vacinas, 27 produtos para saúde e equipamentos
- **19 laboratórios públicos e 50 privados.**
- Do total de PDP, **30 possuem registro na Anvisa** pela instituição pública e **27 estão no mercado** e são comprados de forma centralizada pelo Ministério da Saúde

Economia de R\$ 5,3 bilhões/ano



Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)



- Em dezembro de 2014, foi divulgada lista com **21 produtores estratégicos para o SUS**, que serão alvos de propostas este ano
- **11 medicamentos** destinados ao **tratamento de artrite, oncológicos, hormônios de crescimento, Alzheimer e asma**
- **10 produtos para a saúde (equipamentos)** como: marcapasso, Stent arterial/catéter balão, Stent coronariano/cateter balão, grampeador cirúrgico/cargas



Estima-se que esses produtos movimentam cerca de R\$ 1,3 bilhão/ano

Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)

PDPs por indicação Terapêutica



Novo marco regulatório para as PDPs

Aprimora o processo de desenvolvimento produtivo, definindo prazos, maior monitoramento por parte do governo federal e garantia de segurança (Portaria nº 2.431 de 2014)

- Análise técnica interministerial: Ministérios da Saúde; Ciência e Tecnologia; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio
- Prazo máximo de dez anos para a finalização da transferência de tecnologia
- Definição de **quatro fases**: de submissão de proposta de projeto de PDP; de projeto de PDP; de PDP (aquisição do produto e início da transferência de tecnologia) e de internalização de tecnologia (termino da transferência)
- Monitoramento contínuo, com análises de relatórios enviados a cada quatro meses pela instituição pública e visitas técnicas anuais nas unidades fabris públicas e privadas
- Todos os projetos, aprovados ou não, terão seus resultados divulgados no site do Ministério da Saúde

Marcos do GECIs

- 2011**
 - 09 reuniões do GECIS, 76 PDPs firmadas e, a partir delas, 33 produtos foram registrados, sendo que 28 deles estão sendo adquiridos
- 2012**
 - Construção e validação da Agenda Setorial do Complexo da Saúde dentro do Plano Brasil Maior e apresentação do Procis
 - Regulação da aplicação das margens de preferência para fármacos, medicamentos, equipamentos e produtos médicos nacionais
 - Relançamento da Bahiafarma
- 2013**
 - Lançamento do InovaSaúde (FINEP, BNDES e MS) e o InovaEmpresa (MS, BNDES, FINEP, CNPQ e MCTI)
 - Publicação da Portaria nº 3.089, de 11 dezembro de 2013, que redefiniu a lista de produtos estratégicos para o SUS
- 2014**
 - Realizado o GECIS da Biotecnologia e o de Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde, segunda geração de PDPs

Plano de expansão da Radioterapia



- Primeira **experiência civil de off set** no Brasil associada a compra pública
- **80 equipamentos adquiridos** com condicionante de produção nacional (única na América do Sul)
- Economia de 60% no pregão (de R\$296 milhões para R\$ 119 milhões)
- Compromissos de investimento e produção nacional assumidos (5 anos)
- Itens Contratados na 1ª Licitação:
 - ✓ Aquisição de equipamentos;
 - ✓ Elaboração de projetos básicos de arquitetura e projetos executivos;
 - ✓ Apoio a fiscalização e supervisão da execução das obras.

Mapa da expansão da Radioterapia



Plano Brasil Maior

Medidas

Ampliar a produção por meio de PDP de produtos estratégicos em programas da saúde

100% realizado



Entre 2011-2014, 28 produtos resultantes de PDPs foram adquiridos, correspondendo a 50% do volume médio de compras realizadas pelo MS.

Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia no SUS

25% realizado



Iniciados os processos de contratação das 80 obras nos hospitais que terão serviços de radioterapia e está em andamento a negociação e a formalização dos termos do Acordo de Compensação Tecnológica (ACT)

Modernização do Parque Produtivo (PROCIS).

100% realizado



O PROCIS permitiu apoiar 18 produtores públicos e 20 Instituições Científicas e Tecnológicas

Plano Brasil Maior

Medidas

Apoiar a rede de equivalência e bioequivalência (REQBio)

70%
realizado



Resultados

23 estudos de equivalência e bioequivalência encontram-se em fase de execução

Fortalecer e ampliar as ações de qualificação e certificação dos insumos utilizados pelos laboratórios oficiais (LAIF)

100%
realizado



Todas as amostras dos laboratórios públicos demandadas ao LAIF foram analisadas ou estão em fase de análise. Estima-se que foram realizados 16 testes em 194 insumos enviados para análise.

Promover a atualização periódica da lista de produtos estratégicos para o SUS

100%
realizado



Em 2013, foi publicada portaria que redefiniu a lista e, em 2014, com o novo marco regulatório, foi publicada a lista anual de produtos estratégicos (Portaria nº 2.888/14)

Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

- **Plano Inova Empresa**

Inova Saúde – Biofármacos, Farmoquímicos e Medicamentos: R\$ 1,3 bilhões (FINEP, BNDES e MS).

Inova Saúde – Equipamentos Médicos: R\$ 600 milhões (FINEP, BNDES e MS)

- **Editais CT-Saúde (MCTI/MS)**

Projetos Cooperativos ICT/Empresa: **R\$ 20 milhões**

Engenharia Biomédica (Infra para P&S): **R\$ 25 milhões**

- **Plano de Expansão da Radioterapia no SUS**

- **Regulamentação da Lista de Produtos para a Saúde para Desoneração Tributária (PIS/PASEP e Cofins)**

Inclusão em 2014 de 174 substância no regime especial de crédito. Com isso, 75,4% dos medicamentos comercializados no país ficam isentos de PIS/COFINS

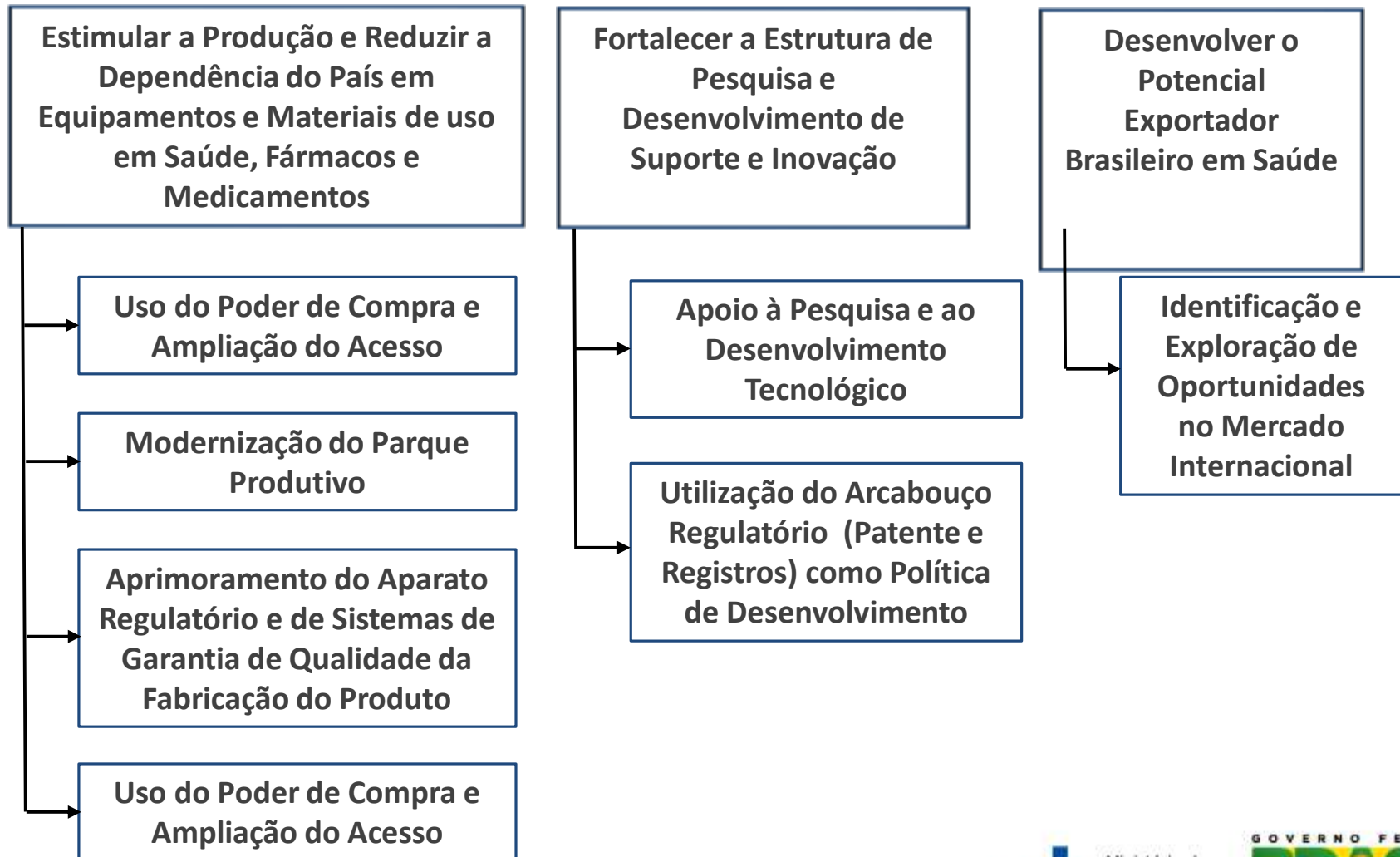
Complexo da Saúde no Plano Brasil Maior

Agenda Setorial

(MS, FINEP, BNDES, ANVISA, ANS, MCTI, MDIC e INPI)

- ✓ Uso do Poder de Compra
- ✓ Financiamento
- ✓ Regulação
- ✓ Infraestrutura tecnológica Pública e Privada

Complexo da Saúde no Plano Brasil Maior



PPSUS – Programa Pesquisa para o SUS

Três objetivos:

- Financiar pesquisas por temas prioritários de cada estado
- Aproximar os sistemas de saúde e de ciência e tecnologia de cada estado
- Reduzir a desigualdade regional em pesquisa e saúde

Previsão de recursos 2015:

- 75 milhões (cerca de 50 milhões MS e 25 milhões Estados)



Ministério da
Saúde



PPSUS – Programa Pesquisa para o SUS

Resultados:

- Mais de 2.900 pesquisas financiadas;
- Cerca de 300 instituições (universidades e institutos de pesquisas) beneficiados;
- Para 11 estados o PPSUS é responsável por mais de 80% das pesquisas em saúde realizadas nestas localidades. Principalmente estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste.



FINANCIAMENTO E PERSPECTIVAS PARA A SAÚDE



Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Quadro comparativo: Gastos em Saúde, 2010

	% PIB	% Gasto Público	% Gasto Privado	Gasto público per capita (US\$)	Gasto total per capita (US\$)
Brasil	9	47	53	483,16	1.028,00
Chile	8	47,2	52,8	565,93	1.199,00
Argentina	8,3	64,4	35,6	828,83	1.287,00
Espanha	9,5	74,2	25,8	2.246,03	3.027,00
Itália	9,5	77,6	22,4	2.345,07	3.022,00
Austrália	9,4	68,5	31,5	2.631,09	3.841,00
Reino Unido	9,6	83,2	16,8	2.895,36	3.480,00
Canadá	11,3	71,1	28,9	3.131,24	4.404,00
EUA	17,6	48,2	51,8	3.967,00	8.233,00

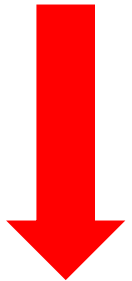
Vinculação Constitucional das Receitas

- União: No 1º ano, montante aplicado no ano anterior acrescido de 5%. Para os anos seguintes, o montante aplicado no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB;
- Estados: Inicialmente, 7% da receita de impostos estaduais até alcançar 12%;
- Municípios: No 1º ano, 7% das receitas de impostos municipais com aumento gradual até chegar a 15%

Impactos da CPMF

- Ao entrar em vigor, a CPMF passou a ser uma das principais fontes de financiamento do MS
- Em 1997, já respondia por 27,8% do total de recursos, tendo alcançado 38,4% em 2002 e daí por diante, até 2007, mantendo-se em torno de 30%
- Em média, no período entre 1997 e 2007, a CPMF respondeu por 1/3 do total dos recursos do MS

Impacto negativo



Perda para Governo Federal de arrecadação da ordem de **R\$ 40 bi** em 2007 (último ano de vigência da CPMF)

Evolução do Gastos da União com Ações e Serviços Públicos de Saúde

- 2003 – R\$ 27,2 bilhões
- 2014* – R\$ 90,1 bilhões (Emenda)

Evolução nominal 2003-2014: 231%

- Do orçamento total aprovado para o MS em 2014 (**R\$ 106 bi**), **R\$ 10,3 bi** não classificados como ASPS
- R\$ 5,6 bi - ASPS sem limite/fora da EC 29.

* Estimativa



Ministério da
Saúde



Evolução do Gastos da União com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Variação nominal entre 2003 e 2013: R\$ 140 bilhões

- **Estados: R\$ 39 bilhões**
- **Municípios: R\$ 45 bilhões**
- **União: R\$ 56 bilhões**



Evolução do Gastos da União com Ações e Serviços Públicos de Saúde

➤ Evolução Per Capita (Gasto/habitante)

2003 – R\$ 154

2011 – R\$ 376

2013 – R\$ 413

2014* – R\$ 444

Evolução nominal de 188% (2003-2014)

* Estimativa



Ministério da
Saúde



Expansão do Programa Mais Médicos

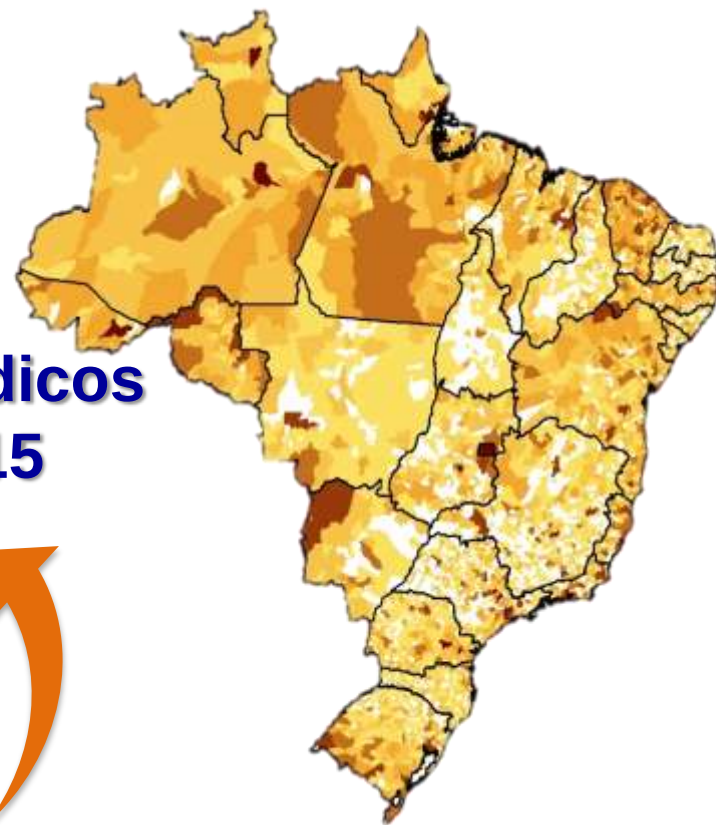
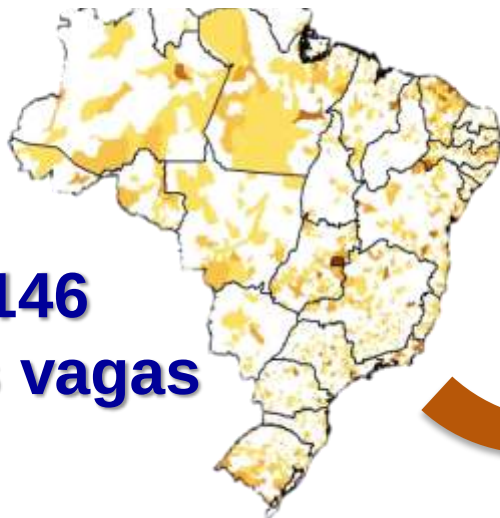
Abertura de novas vagas em **1.294 municípios** e **12 Distritos Indígenas**

Maior adesão de brasileiros: **92% das vagas** já foram preenchidas por médicos com CRM do Brasil

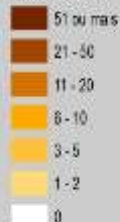
63 milhões de brasileiros beneficiados

18.247 médicos
em 2015

4.146
novas vagas



Quantidade:



Programa Mais Especialidades

- ✓ Garantir que os pacientes possam fazer consultas, exames e tratamentos
- ✓ Cada especialidade uma modelagem
 - Cuidados resolutivos
 - Cuidados continuados
- ✓ Implantação por etapas
- ✓ Em fase de planejamento e detalhamento de custos



Promoção e Vigilância em Saúde

INCENTIVO AO PARTO NORMAL

- Deter o aumento da taxa de cesarianas
- Epidemia de parto cesárea (84 % no setor privado e 40% no SUS)
- Aumentar o percentual de parto normal na rede pública e privada
- Diminuir a mortalidade materna e a infantil neonatal (até 28 dias de vida do bebê)

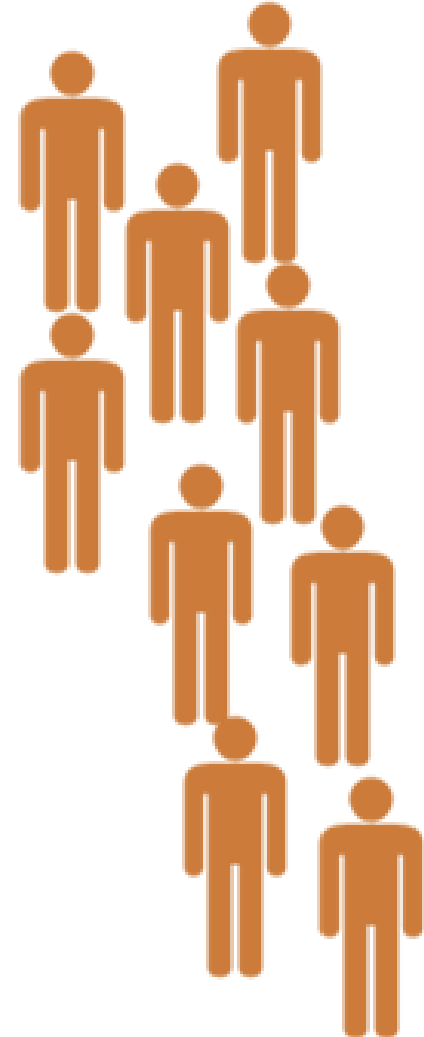
Promoção e Vigilância em Saúde

- ✓ Tabagismo (redução 28% no número de fumantes)
- ✓ Obesidade (52,5 % da população com sobrepeso e 17,9% com obesidade)
- ✓ Aumentar a prevalência de atividade física (35% da população ativa)
- ✓ Aumentar o consumo de frutas e hortaliças
- ✓ 24,1% da população consome cinco ou mais porções diárias, 400 g
- ✓ Reduzir o consumo médio de sal



Promoção e Vigilância em Saúde

- ✓ Prevenção das violências e acidentes de trânsito
 - moto = 12.480 (27,8%)
 - total de acidentes de transito = 44.812
 - Homicídios = 57. 045
- ✓ Doenças infecciosas: dengue, chikungunya, ebola, aids, hepatites, tuberculose, hanseníase e malária
- ✓ Prevenção de drogas na escola



Fortalecimento do Pacto Interfederativo

✓ **Papel do gestor federal no apoio interfederativo**

- Aumento de atribuições (compra centralizada, atas de registro de preço, projetos de referência)
- Infraestrutura de dados e gestão da informação deficiente
- Necessidade de compatibilizar estrutura MS

✓ **COAP e repactuação de responsabilidades e atribuições de Estados e Municípios na Saúde**

✓ **Fortalecimento do papel dos estados na coordenação dos sistemas estaduais de saúde e na regionalização**



Ministério da
Saúde

Gestão do SUS

- ✓ Informatização da Saúde
- ✓ Reestruturação Gerencial do MS
- ✓ Instituto Nacional de Saúde Indígena
- ✓ Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde
- ✓ Reestruturação da Anvisa e incorporação da agenda de inovação
- ✓ Reestruturação da ANS e da Saúde Suplementar

ÓRTESES E PRÓTESES

Ações realizadas

- ✓ Realizadas 11 reuniões, onde foram discutidos os temas de acordo com o Plano de Trabalho e o escopo da Portaria supracitados.
- ✓ Convidados representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, bem como especialistas em assuntos ligados ao tema (CFM, ABRANGE, ABIMED, ANAHP, ABRAIDI e ABIMO, além de especialistas na área).
- ✓ Criação de subgrupo com especialistas para discussão e padronização de nomenclatura a ser utilizada de forma universal para as OPME.
- ✓ Criação de subgrupo para discussão e elaboração de protocolos e normas de uso de dispositivos médicos implantáveis, em especial, iniciando pelas OPMEs de maior importância em saúde pública.
- ✓ Discussão de regulamentação econômica do setor.

Obrigado!

Arthur Chioro

Ministro de Estado da Saúde



Ministério da
Saúde

